

# RELATÓRIO SEMANAL

## ABRACEEL

Semana III | 12 a 16 de agosto de 2019.

## 8 EM CADA 10 BRASILEIROS QUEREM A PORTABILIDADE DA CONTA DE LUZ

A pesquisa Ibope/Abraceel sobre o que pensa e quer o brasileiro do setor elétrico foi lançada no dia **12.08**, no workshop “A Energia do Futuro é Livre”, promovido pela Fiesp, com a presença da Aneel, MME, Ministério da Economia e Abraceel, moderado por Paulo Cezar Tavares, diretor do Deinfra/Fiesp e representante da associada SOLenergias.



Dando início ao evento, Patrícia Pavanelli, do Ibope, apresentou os resultados da 6ª pesquisa Ibope, encomendada pela Abraceel, com os seguintes destaques:

- **87% dos brasileiros acham o preço da energia caro ou muito caro;**
- **79% da população deseja ter a liberdade de escolher o seu fornecedor de energia, o número mais expressivo desde a primeira pesquisa.**
- **68% trocaria de empresa fornecedora e o principal motivo é o preço da energia;**
- **57% acredita que o preço diminuiria com a liberdade de escolha;**

- **93% deseja produzir sua própria energia em casa.**



O ponto alto do encontro foi o consenso, entre os expositores, de que a abertura do mercado para todos os consumidores é algo estabelecido. O que se precisa definir é a forma como acontecerá essa abertura.

Reginaldo Medeiros apresentou o “economizômetro”, simulador da Abraceel que aponta a economia de 185 bilhões na conta de energia dos consumidores que aderiram ao mercado livre. A Associação também levou o totem que simula a economia na conta de energia de cada consumidor, caso fosse possível a migração desse consumidor para o mercado livre. Dessa forma, destacou a urgência em abrir o mercado de energia a todos os consumidores, estabelecendo um cronograma ótimo, que de imediato beneficiaria as indústrias e comércio que ainda não têm acesso ao mercado, potencializando a economia em geral, com a redução dos custos dessas empresas, para, em seguida, estender a medida a todos os consumidores brasileiros.

O Diretor-Geral da Aneel, André Pepitone, abriu sua apresentação comentando os dados

da pesquisa Ibope. Frisou que o combate aos custos altos da energia não dependia apenas da Aneel, mas de esforço conjunto de diversas frentes, citando os Ministérios de Minas e Energia e da Economia, que estavam presentes.

Ricardo Cyrino, Secretário de Energia Elétrica do MME, destacou as últimas ações lideradas pela pasta, com vistas a expandir o mercado de energia, como a Consulta Pública nº 77. Leandro Caixeta, subsecretário de Energia do Ministério da Economia, colocou em discussão a revisão dos subsídios como ponto fundamental para a abertura do mercado.

Paulo Cezar levantou a discussão em torno das garantias financeiras, argumentando que o sistema atual incentiva imprudências, e defendeu o aporte prévio de garantias financeiras para evitar riscos de mercado. Também expôs as oportunidades de negócio que o país está perdendo por não regulamentar a venda de excedentes de micro e mini geração distribuídas.

Com o auditório lotado, mais uma vez ficou clara a urgente necessidade de se aprovar um novo modelo setorial e, em paralelo, estabelecer um cronograma de abertura do mercado, que permita a todos os brasileiros o direito de escolher o seu fornecedor de energia.



**A pesquisa Ibope/Abraceel 2019 foi encaminhada aos associados no dia 13.08, está na área restrita do site da Abraceel e as demais apresentações da Fiesp estão disponíveis no link: <https://bit.ly/31IGjBc>.**

## CNI quer mercado livre para o setor produtivo já!

Na quarta-feira, 14.08, Reginaldo Medeiros esteve com o presidente da CNI, Robson Andrade, para debater a pauta do mercado livre. O PLS 232/16, da portabilidade, é pauta prioritária de atuação da entidade.

A CNI e a Abraceel estarão atuando de forma conjunta para aprovação do projeto de lei da portabilidade. Nessa esteira, a CNI se comprometeu a subscrever a contribuição da Abraceel para a CP 77 do MME, reforçando o pleito de aceleração no cronograma de abertura do mercado elétrico para todo o setor produtivo.

## PORTABILIDADE É DISCUTIDA NO SENADO

A reforma do setor elétrico foi discutida no Senado nos dias **13** e **14.08**, em audiência pública promovida pelo relator e presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), senador Marcos Rogério (DEM/RO). A CI é a última instância a deliberar sobre o PLS 232/2016 no Senado e o senador propôs a realização de quatro audiências públicas para discussão do tema para, posteriormente, apresentar seu relatório.

No primeiro dia de audiência, a Abraceel esteve ao lado da Abradee, Abiape, Abrace, Apine e Instituto Acende Brasil. Abrindo a audiência, o senador Marcos Rogério destacou os benefícios da abertura de mercado para os brasileiros e para a economia do país. Justificou que as audiências serviriam de base para construção de um relatório que resulte em uma lei moderna e democrática. Mais uma vez, pode-se observar o consenso em torno da urgência de se aprovar o novo marco regulatório do setor, com foco na abertura de mercado.



Representando a Abraceel, Reginaldo Medeiros frisou que a abertura do mercado está prevista desde 1995 e até hoje nada foi feito, à exceção da Portaria 514 de 2018, que promoveu uma tímida redução na reserva de mercado.

Já que no mesmo dia o mercado livre comemorava seus 21 anos, Reginaldo apresentou 21 motivos para comemorar a existência desse ambiente, que estão descritas no “Abraaceel Explica” dessa edição e foram publicadas no jornal Valor Econômico no mesmo dia da audiência.

Apresentou os resultados da pesquisa Ibope/Abraceel sobre o que pensa e quer o brasileiro do setor elétrico, lançada no dia anterior na Fiesp, apontando o desejo de 8 em cada 10 brasileiros escolherem o seu fornecedor de energia.



Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil, defendeu o relatório apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ao projeto, que está em linha com o resultado da CP 33, defendendo a rápida deliberação, para que o arcabouço regulatório brasileiro esteja preparado para o novo setor. Paulo Pedrosa (Abrace) e Marcelo Moraes (Abiape) foram enfáticos ao tratar da urgência na deliberação do projeto. Marcelo Madureira afirmou que a Abradee está bastante alinhada com o texto do projeto, pontuando apenas a necessidade de tratamento para os contratos legados, defendendo uma abertura segura, que equacione igualmente a questão do supridor de última instância.

No dia seguinte os debatedores também defenderam a aprovação do projeto de lei que moderniza o setor elétrico. Estavam presentes o secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Ricardo Cyrino, o diretor da Aneel, Rodrigo Limp, o secretário de fiscalização de infraestrutura de energia elétrica do TCU, Manoel Moreira, o presidente do Fase, Mário Menel e o especialista em energia e sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, Clauber Barão.

Representando o MME, Ricardo Cyrino, teceu elogios ao PLS 232/2016 e disse que o projeto é o mais abrangente sobre a ampliação do mercado livre de energia e que essa ampliação é uma tendência mundial. Afirmou ainda que a intenção do MME é contribuir com os projetos de modernização do setor. Entretanto, solicitou especial atenção para que a proposição não prejudique a previsibilidade dos investimentos.

O diretor da Aneel, Rodrigo Limp, declarou que o projeto poderá ser um marco fundamental para o setor elétrico brasileiro. Abordou o “prosumidor”, o novo consumidor de energia, mas destacou que a legislação e os marcos regulatórios precisam de aprimoramentos para que as novas tecnologias entrem no setor. Levantou a preocupação sobre a expansão do sistema, visto entender que grande parte dos empreendimentos no setor se viabilizam via mercado regulado. Assim, defende que a ampliação do mercado seja gradual.

O secretário do TCU, Manoel Moreira, elogiou o projeto e afirmou que o modelo atual está esgotado e deve ser modernizado. Para o secretário, a ampliação do mercado livre necessitará de políticas de conscientização e educação do consumidor. Sobre o GSF, enfatizou a necessidade de retirar esse custo do consumidor.

O presidente do Fase, Mário Menel, defendeu o projeto e a necessidade de modernização do setor. Afirmou que a ampla maioria das associações do Fórum são favoráveis ao projeto. Por fim, o especialista em energia do IDEC, Clauber Barão, enfatizou a indispensabilidade da participação do consumidor nos debates sobre a ampliação do mercado, visto que estes são os atores principais do processo.

Nos dias **20.08** e **22.08** ocorrerão as últimas audiências das quatro realizadas para discutir o projeto, foram convidados representantes da Abrage, Abraget, Abregel, Abeeólica, Absolar e Abrapch. Conforme afirmado pelo presidente e relator da matéria, senador Marcos Rogério, a expectativa é a votação do relatório no fim do mês de setembro.

**As apresentações realizadas estão disponíveis no link: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/audiencias?codcol=59>**

## ABRACEEL PROPÕE A CRIAÇÃO DE UM MERCADO DE CAPACIDADE AO MME

No dia **13.08**, a Abraceel se reuniu com o secretário de Energia Elétrica, Ricardo Cyrino, e uma grande equipe do Ministério de Minas e Energia, incluindo representantes da Secretária Executiva e da Secretária de Planejamento Energético, além da Aneel, com o objetivo de apresentar a proposta de criação do Mercado de Capacidade elaborada pela consultoria Thymos a pedido da Abraceel.

Reginaldo Medeiros abriu a reunião ressaltando se tratar de um estudo preliminar que pode ser aprimorado, se houver interesse do MME. Ponderou que o estudo foi bem recebido pelo mercado e que a via infralegal apontada como possível pela Thymos foi corroborada pela consultoria jurídica da Abraceel.

Em seguida, o sócio-diretor da Thymos, Alexandre Viana, iniciou sua apresentação destacando o caráter não exaustivo e pragmático da proposta, conforme solicitado pela Abraceel. Ponderou que o objetivo central do estudo é a criação de um mercado de capacidade com vistas a permitir o crescimento do mercado livre com maior garantia de suprimento.

Durante a apresentação, houve grande interação com a equipe do Ministério e Viana pode esclarecer diversos questionamentos, em especial sobre a forma de contratação das termelétricas, maneiras de tentar assegurar a expansão que o sistema precisa e o tratamento a ser dado para usinas com inflexibilidade.

Reginaldo ponderou que o estudo apresenta uma proposta e caminhos alternativos que poderão ser mais bem detalhados no futuro, mediante sugestões, sendo essa uma importante contribuição da Abraceel para as discussões sobre a modernização do setor.

O Secretário Cyrino enalteceu a iniciativa da Abraceel, ressaltando que a Associação tem tido postura proativa e propositiva nas discussões, e ressaltou que a equipe do MME apresentará seus comentários e sugestões após avaliação interna.

Ao final, Cyrino reforçou que será realizado Workshop sobre o tema na próxima quarta, **21.08**, em Brasília, e elogiou a Abraceel por se antecipar nas discussões.

## FASE DISCUTE PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE LASTRO

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) de reuniu, em **14.08**, em Brasília, com a presença de 18 associações setoriais. A Abraceel foi representada por Alexandre Lopes, Frederico Rodrigues e Bernardo Sicsú.

Destacamos a seguir os principais temas discutidos na reunião:

### Separação Lastro e Energia

O presidente da Apine, Guilherme Velho, apresentou a proposta da associação para a “Expansão da Oferta com Mercado Liberalizado através da Separação Lastro e Energia”.

O modelo proposto prevê a realização de leilões com contratação simultânea de lastro pelo ACR e ACL e de energia apenas pelo ACR, sendo a energia para o ACL negociada livremente fora do leilão.

O preço-teto do lastro seria definido pelo conceito de “missing money”, com base na diferença entre o preço consolidado, estabelecido em função da receita necessária para viabilizar o empreendimento, e o preço-teto de energia, estabelecido pela expectativa do preço de venda da energia no mercado.

O encargo de lastro seria pago por todos os consumidores, exceto os detentores de contratos legados lastreados em empreendimentos existentes, os quais continuariam nego-

ciando o produto conjunto lastro/energia até o final de suas respectivas concessões. Após a “renovação”, os empreendimentos existentes passariam a se enquadrar no modelo proposto.

Nesse sentido, preço-teto do lastro seria estabelecido com base na receita complementar considerada necessária para viabilizar o empreendimento, devendo esse preço ser respaldado (no âmbito do planejamento) pelo valor dos serviços prestados pela fonte para o sistema (atributos). Uma segunda parte do estudo, em desenvolvimento, visa a definição de metodologias para a valoração dos atributos das fontes. O tema foi bastante discutido na reunião, principalmente pelos representantes ligados ao segmento consumo, os quais defendem que o valor do lastro seja definido com base na valoração dos atributos das fontes.

### Reforma Tributária

Mariana Amim, da Anace, fez uma atualização sobre a evolução das discussões sobre o tema e ressaltou a necessidade de o Fase preparar propostas de emendas, considerando que o relator da comissão especial que analisará a reforma tributária, Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), trabalha com o objetivo de aprovar o texto em outubro deste ano.

Dentre os temas em discussão na reforma, existe uma proposta de acabar com a contribuição do INSS e substituí-la pela criação de

um imposto sobre todos os meios de pagamento (espécie de CPMF), o que impactaria diretamente as transações intermediárias, sendo prejudicial para a economia do país como um todo e, em particular, à atividade de comercialização.

### **Fórum do Gás**

Fillipe Soares e Juliana Rodrigues, da Abrace, atualizaram o Fase sobre as últimas ações desenvolvidas no âmbito do Fórum do Gás e externaram a visão da associação quanto às expectativas de redução do custo do insumo com a reforma do setor e abertura do mercado de gás.

### **Homenagem a Roberto Castro**

O Fase prestou uma homenagem ao ex-conselheiro da CCEE, Roberto Castro, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao setor elétrico brasileiro. Castro destacou sua satisfação em ter atuado como engenheiro eletricista em grandes empresas do setor elétrico, como a CPFL Energia, onde foi diretor de Comercialização e Regulação, além da Cesp e Elektro. Atua há mais de 30 anos no setor, com experiência internacional nas áreas de energia e gestão, em países como Inglaterra, Suécia e Suíça. Possui Mestrado e Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desde 2012 é professor nas áreas de Regulação e Gestão de Riscos do Programa de Educação Continuada em Engenharia da Escola Politécnica da USP (PECE/POLI). Foi eleito para o Conselho de Administração da CCEE em maio de 2014 e reconduzido ao cargo para o

período 2015/2019, sendo responsável pela área de Gestão de Mercado. Ressaltou, também, sua satisfação em ter convivido com a maioria dos presentes em diversas ocasiões de sua vida profissional.

### **GT FASE/AMUSUH**

O presidente do Fase, Mário Menel, relatou que no dia 25 de julho houve reunião do Fase com a Associação dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas (AMUSUH) com o objetivo discutir o trabalho de valorização do uso de reservatórios de hidrelétrica que foi apresentado aos ministros de Meio Ambiente e do Turismo.

### **Consultas Públicas 76 e 77 do MME**

Foi discutida a conveniência de manifestação do Fase nas consultas públicas do MME sobre a separação entre atacado e varejo (CP 76) e abertura do mercado (CP 77). Em relação ao comercializador varejista, foi destacado que o tema havia sido amplamente discutido pelo Fase com o Deputado Fábio Garcia, após o encerramento da CP 33 do MME, quando foi construída uma redação de consenso entre as associações.

A proposta, que consta da versão atual do PLS 232/2016, prevê a separação entre atacado e varejo em 500 kW, devendo os consumidores abaixo desse limite ser representados por agentes da CCEE, os quais, conforme regulamentação da Aneel, poderiam atuar como agente varejista independentemente de comercializar energia com seus representados

ou apenas atuar como agregador de carga. Além disso o texto do PLS introduz uma previsão legal para o corte físico de consumidores inadimplentes, inclusive em relação às obrigações estabelecidas nos contratos de compra e venda de energia.

**As apresentações realizadas durante a reunião sobre contratação de lastro, mercado de gás e reforma tributária estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel.**

## ABRACEEL DEBATE FIM DA RESERVA DE MERCADO, VAREJISTA E SEGURANÇA DAS OPERAÇÕES

**M**ais de 80 associados participaram da reunião presencial do Grupo Técnico, realizada no dia **15.08**, em São Paulo. A reunião discutiu as consultas públicas recentemente abertas pelo MME (CP 77 E CP 789) e propostas à posição da CCEE visando a segurança do mercado. A reunião contou com a presença dos conselheiros Alessandro de Brito Cunha (BC Energia), Daniel Marrocos (NewCom), Luiz Macedo (WXE), Rafael Mathias (Capitale) e Ricardo Motoyama (CPFL Soluções), além de Alexandre Lopes e Yasmin Oliveira representando a Abraceel.



### **Consulta Pública nº 77/MME: fim da reserva de mercado**

A CP nº 77 do MME propõe a continuidade do cronograma da Portaria nº 514, flexibilizando o critério dos consumidores livres da seguinte forma: 1.500 kW em janeiro/2021, 1.000 kW em julho/2021 e 500 kW em janeiro/2022. Além disso, propõe que até janeiro/2022 a Aneel e a CCEE apresentem estudo sobre a ampliação do mercado livre para consumidores abaixo de 500 kW, com cronograma iniciando em janeiro/2024.

A Abraceel irá propor a antecipação no cronograma do Ministério, dando sequência ao cronograma da Portaria 514, com a antecipação em 06 meses do cronograma proposto na CP 77 de forma que não haja uma lacuna durante o ano de 2021. Ou seja, 1.500 kW em julho/2020, 1.000 kW em janeiro/2021 e 500 kW em julho/2021. Além disso, será proposto que em sequência seja dada continuidade à abertura total do Grupo "A", a partir de janeiro/2022.

Conforme cronograma proposto pela Abraceel na contribuição à CP 33 do MME, definido com base nos contratos já assinados pelas distribuidoras, é possível a abertura do mercado para os consumidores do Grupo B a partir de 2024. Dessa forma, a Diretoria Executiva encaminhará ao GT uma proposta de abertura escalonada para a baixa tensão com base nas faixas de consumo.

Por fim, mesmo a flexibilização atingindo os 500 kW, ainda restaria uma reserva de mercado residual, já que hoje a comunhão de carga só é permitida para o consumidor especial. Por isso, a Abraceel também irá contribuir para o fim dessa restrição nos critérios de elegibilidade para permitir a migração de consumidores livres por meio da comunhão de cargas.

### **Consulta Pública nº 76/MME: representação obrigatória por comercializador varejista**

A CP nº 76 do MME propõe que os consumidores com carga inferior ou igual a 1.000 kW que realizarem adesão à CCEE a partir de janeiro

de 2020 deverão ser representados obrigatoriamente por comercializador varejista.

A Abraceel considera que a separação entre atacado e varejo é fundamental para o bom funcionamento do mercado, porém é contrária à proposta como colocada em consulta pública. Na CP 33, a Abraceel apoiou o corte entre atacado e varejo na faixa de 500 KW e o aprimoramento do modelo varejista na discussão do novo desenho de mercado, com a adesão a possibilidade de adesão ao varejista ou representação dos consumidores abaixo de 500 kW.

Conforme discutido no GT, a limitação em 1.000 kW restringe direitos pré-existentes dos consumidores, cria relação não isonômica entre agentes, afeta grande parte dos consumidores que já estão em processo de migração e pode gerar uma desnecessária judicialização no setor.

Alexandre Lopes, Diretor Técnico da Abraceel, lembrou que a própria nota técnica do MME aponta um possível aumento de custo de transação para os consumidores e que a medida constitui uma barreira para migração.

Para os associados, ainda é necessário que a CCEE apresente a quantificação dos custos operacionais. Alexandre apontou que entre 500 kW e 1.000 kW existem aproximadamente 5.000 consumidores cativos em todo o universo da alta tensão.

Além disto, ainda é necessário aprimorar o marco regulatório do comercializador varejis-

ta, já que o modelo ainda não está plenamente operacional. Em particular na questão da suspensão de fornecimento devido à inadimplência do consumidor em caso de judicialização, um dos principais riscos da modalidade, de forma a reduzir o risco de judicialização pelo consumidor inadimplente. Dessa forma, a viabilização do modelo varejista será possível de acontecer pelas próprias condições do mercado, e não apenas por uma imposição ministerial.

Após a CP 33, foi consensada no âmbito do Fase uma redação para a separação entre atacado e varejo que foi incluída no relatório do PL 1.917 do Deputado Fábio Garcia e no substitutivo ao PLS 232, a qual estabelece três pontos principais:

- (i) Separação entre atacado e varejo em 500 kW: não retirar direitos nem impactar consumidores em processo de migração
- (ii) Possibilidade do agregador: modalidade onde o consumidor é representado na CCEE mas possui liberdade de compra de energia
- (iii) Previsão legal de corte físico de consumidores inadimplente: o principal risco do comercializador varejista é a judicialização do consumidor inadimplente para manter seu fornecimento de energia

Essa proposta já consensada será a base da contribuição da Abraceel e também será discutida no âmbito do Fase, objetivando o encaminhamento de um posicionamento do Fórum na consulta pública.

Por fim, também é necessário esclarecer como ficariam os casos de comunhão de carga, já que a proposta não é específica em relação à carga total dos consumidores.

### **Proposta de Garantias Financeiras**

Inicialmente, foram apontadas as principais preocupações em relação à proposta de aporte semanal de garantias da CCEE, que foi encaminhada pela Câmara à Aneel e deverá ser submetida a audiência pública.

Para o mercado, não estão claros os benefícios em termos de redução de riscos para a liquidação do MCP versus a elevação significativa de custos aos agentes e impactos em relação aos consumidores. A impossibilidade de registro para semanas anteriores obrigaria os agentes a alterar a atual lógica do mercado de negociação, registro e pagamento bilateral dos contratos.

Também foi questionado o prazo proposto para implementação, a partir de janeiro de 2020, considerado insuficiente em razão da necessidade de revisão dos contratos, adequação de sistemas e contratação de pessoal, entre outros. Assim, o Grupo Técnico deu sequência à discussão de alternativas à proposta da CCEE, que possam de fato agregar segurança ao mercado sem elevar os custos de transação do mercado.

Após discutir amplamente o tema e avaliar diversas possibilidades, foram elencadas pelo GT duas propostas de garantias para serem detalhadas pela Abraceel e en-

caminhadas às associadas para avaliação:

(i) Registro contra pagamento: periodicamente (diária ou semanalmente) a CCEE faria a apuração das posições dos agentes no MCP para o mês e realizaria a chamada de garantias. Não haveria restrição ao registro para os períodos (dias ou semanas) anteriores à chamada de garantias, devendo a correspondente garantia ser aportada na chamada subsequente.

(ii) Redução do prazo de aporte mensal: a chamada de garantias permaneceria mensal, porém realizada logo após o encerramento do mês. Também continuaria permitido o registro ex-post na forma atual, porém mediante o aporte de recursos para os registros realizados após a chamada regular de garantias no início do MS.

Dessa forma, a Diretoria Executiva irá detalhar as propostas na próxima semana e encaminhar aos associados para avaliação e recebimento de contribuições, visando consolidar uma proposta alternativa de garantias financeiras da Abraceel, a ser apresentada à Aneel antes da abertura da audiência pública sobre o tema.

### **Divulgação do CVaR pela CCEE**

Os associados demonstraram grande preocupação com a proposta de divulgação do CVaR das empresas, uma vez que o papel da CCEE é zelar pela liquidação multilateral do MCP, e não interferir na gestão dos riscos bilaterais dos agentes.

Com a CCEE não possui informação de todos os contratos e volumes futuros já negociados, nem acesso aos contratos financeiros dos agentes, o cálculo do CVaR irá gerar um indicador incompleto, que poderá passar informação errada para o mercado.

O GT também questionou a metodologia utilizada pela CCEE, que utiliza a saída do Newave como referência de preço futuro do mercado e não considera a correlação espacial (submercados) e temporal (meses subsequentes) do PLD.

#### **Flag de pagamento bilateral de contratos**

O GT também avaliou a proposta de criação de um flag de validação da adimplência bilateral dos contratos, conforme definido no Planejamento Estratégico da Abraceel. Pela proposta, a não validação da adimplência implicaria na desconsideração do contrato na contabilização, o que poderia incentivar os agentes a registrar o contrato imediatamente após a negociação, sem elevar o custo/risco relativo ao pagamento bilateral. Contudo, não houve consenso em relação ao encaminhamento da proposta neste momento.

**A apresentação realizada pelo Grupo Técnico está disponível na área restrita do associado, seção documentos. A Abraceel agradece a associada WXEnergy pelo apoio e disponibilidade em receber o Grupo Técnico.**

O MERCADO LIVRE DE ENERGIA ELÉTRICA ESTÁ COMPLETANDO 21 ANOS. TE DAMOS

# 21 MOTIVOS PARA COMEMORAR



NESSOS 21 ANOS, OS CONSUMIDORES QUE JÁ SÃO LIVRES ECONOMIZARAM MAIS DE R\$185 BILHÕES NAS SUAS CONTAS DE ENERGIA

ESSA ECONOMIA PODE GERAR MAIS DE 420 MIL NOVOS POSTOS DE TRABALHO NO PAÍS



6.500 CONSUMIDORES JÁ TÊM ESSE BENEFÍCIO

O IBOPE MOSTRA QUE QUASE 80% DOS CONSUMIDORES GOSTARIAM DE PODER ESCOLHER O FORNECEDOR DE ENERGIA



A ECONOMIA NAS CONTAS DE ENERGIA DESSES CONSUMIDORES QUE JÁ SÃO LIVRES NO BRASIL FOI DE 29%

HÁ MAIS DE 2.000 GERADORES E COMERCIALIZADORES DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL QUE PODERÃO VENDER ENERGIA PARA VOCÊ



MAIS DE 80% DA INDÚSTRIA BRASILEIRA HOJE JÁ CONSUME SUA ENERGIA DO MERCADO LIVRE

VOCÊ PODERÁ ESCOLHER SE QUER COMPRAR ENERGIA DE HIDRELÉTRICAS, DE BIOMASSA, DE GERAÇÃO SOLAR OU DE VENTO, ENFIM, DE QUALQUER FONTE



ESSES FELIZES CONSUMIDORES USAM MAIS DE 30% DA ENERGIA ELÉTRICA PRODUZIDA NO PAÍS

A ESCOLHA DO FORNECEDOR DE ENERGIA ELÉTRICA DEVE SER SUA OPÇÃO, NÃO UMA OBRIGAÇÃO



34% DAS USINAS DE GERAÇÃO EM CONSTRUÇÃO SÃO PARA ATENDER ESSE MERCADO LIVRE QUE JÁ EXISTE NO BRASIL

ESSA ESCOLHA É A MESMA QUE VOCÊ FAZ QUANDO DECIDE QUAL SUA OPERADORA DE TELEFONIA CELULAR, SUA TV A CABO, SUA INTERNET. COM O MERCADO TOTALMENTE LIVRE ISSO SERÁ POSSÍVEL



O MERCADO LIVRE DE ENERGIA ELÉTRICA HOJE É FUNDAMENTAL PARA EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DO PAÍS

O IBOPE TAMBÉM MOSTRA QUE 93% DOS BRASILEIROS GOSTARIAM DE PODER PRODUIR SUA PRÓPRIA ENERGIA NAS SUAS CASAS OU EMPRESAS



A GRANDE MAIORIA DESSAS USINAS SÃO DE FONTES RENOVÁVEIS E LIMPAS, COMO PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS, BIOMASSA, SOLAR E EÓLICAS

ISSO INCENTIVA A ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS, COMO A GERAÇÃO DE FONTE SOLAR NO TELHADO DAS CASAS E EMPRESAS



O GOVERNO E O CONGRESSO NACIONAL HOJE TRABALHAM PARA TORNAR LIVRES TODOS OS 82 MILHÕES DE CONSUMIDORES DO BRASIL

A PRODUÇÃO PRÓPRIA DE ENERGIA ELÉTRICA É LIVRE E TAMBÉM MOVIMENTA O MERCADO, GERANDO RENDA, NOVOS SERVIÇOS E EMPREGOS



A AMPLIAÇÃO DO MERCADO LIVRE É UM DOS OBJETIVOS PRINCIPAIS DA MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA DO PAÍS EM DISCUSSÃO NO GOVERNO FEDERAL

COBRE TAMBÉM O SEU DIREITO À LIBERDADE DE ESCOLHA E A PORTABILIDADE DA CONTA DE LUZ



SE TODOS FORMOS LIVRES, ISSO PODE GERAR UMA ECONOMIA DE R\$12 BILHÕES AO ANO NAS NOSSAS CONTAS DE LUZ

PEÇA AO SEU VEREADOR, DEPUTADO, SENADOR, GOVERNADOR, MINISTRO OU PRESIDENTE PARA APOIAR ESSAS IDEIAS!

## >>RADAR LEGISLATIVO

### PL 1917/2015 - Portabilidade

Foi aprovado requerimento de urgência para a tramitação do PL 1917 de 2015, que cria a portabilidade da conta de luz. Isso significa que, uma vez pautado no Plenário, o projeto não precisa ser deliberado em comissão especial, atual estágio em que se encontra.

Até o momento, a Comissão Especial apresenta os seguintes deputados:

Édio Lopes (PL/RR)

Fernando Coelho Filho (DEM/PE)

Joaquim Passarinho (PSD/PA)

Kim Kataguiri (DEM/SP)

Paes Landim (PTB/PI)

Fábio Henrique (PDT/SE)

Igor Timo (PODE/MG)

### PL 6407/2015 - Gás Natural:

Na última reunião da Comissão de Minas e Energia, dia **14.08**, o deputado Silas Câmara (PRB/AM), relator do projeto, apresentou seu plano de trabalho sobre o tema:

- 27.08, 10h: Audiência Pública para discussão do projeto com a participação da Abraceel;

- Até 28/08: O relator, deputado Silas Câmara, receberá sugestões para o seu relatório;

- 06.09: Apresentação do relatório e abertura do prazo para recebimento de emendas;

### Novas proposições:

**PL 4530/2019:** Permite a venda do excedente de energia elétrica produzida por microgeração e minigeração distribuída.

Deputada Iracema Portella (PP/PI).

Íntegra: <https://bit.ly/31D3a00>

**PL 4395/2019:** Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estabelecer novas diretrizes para a segunda etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), com vistas a ampliar a participação das usinas hidrelétricas de potência inferior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) na matriz de energia elétrica brasileira.

Senador Otto Alencar (PSD/PI)

Íntegra: <https://bit.ly/2TBSJYL>



## Curtas

### Critérios de garantia do suprimento

A Abraceel enviou no dia **15.08**, contribuição ao GT Modernização que estuda a revisão dos critérios de garantia de suprimento. A Associação se posicionou favoravelmente à proposta de tornar explícito o critério para requisito de potência, por entender que ajuda a trazer maior aderência à realidade operativa, contribui para o desenho de novos produtos e reduz o despacho fora da ordem de mérito pelo ONS. Foi contrária, contudo, à adoção do critério econômico no suprimento de energia, que além de onerar o sistema, desincentiva o papel mais ativo do consumidor, distorce a alocação de custos e riscos e reduz a eficiência econômica, em caminho oposto ao da pretendida modernização do setor. **A íntegra da contribuição está disponível na área restrita do associado.**

### Divulgação dos dados de entrada e saída do Preço Sombra - CPAMP 2019

A CCEE passou a disponibilizar os dados de entrada e de saída do Newave e Decomp, já com os aprimoramentos aprovados pela CPAMP em **31.07**. Os aprimoramentos são (i) reamostragem da forward no Newave, (ii) uso do centroide como representante na agregação dos ruídos, (iii) Volume Mínimo Operativo (VminOp), (iv) correlação espacial de base mensal, (v) parâmetros do CVaR ( $\square = 50\%$  e  $\square = 35\%$ ). Além disso, desde **01.08** os preços do DESSEM já consideram as funções de custo futuro do Newave e do Decomp com os aprimoramentos mencionados. Os dados de en-

trada serão atualizados semanalmente, após a divulgação do PLD e podem ser acessados no site da CCEE > O que fazemos > Preços > Deck de Preços.

### Seminário de Gás do IBP

A Abraceel, representada por Bernardo Sicsú, participou como debatedora do Seminário sobre Gás Natural promovido pelo IBP, no dia **15.08**, no Rio de Janeiro. No painel que abordou a abertura e competitividade na distribuição e comercialização do gás natural, Bernardo destacou os números, a atuação e as perspectivas dos comercializadores diante do Novo Mercado de Gás.

### Abraceel participa do XI Congresso Brasileiro de Regulação

O diretor de Relações Institucionais da Abraceel, Frederico Rodrigues, palestrou no XI Congresso Brasileiro de Regulação, realizado pela Associação Brasileira de Agências de Regulação, no dia **15.08**, em Maceió. No painel em que participou, discutiu-se o panorama atual do mercado livre no Brasil, financiamento da expansão e perspectivas futuras da geração solar e eólica no Brasil, com foco nas iniciativas para modernização do setor.





## Curtas

### Clime Trading agora é 2W Energia

A associada Clime Trading informou ao mercado que se uniu com a RR Comercializadora para formar a 2W Energia. A 2W Energia irá concentrar as atividades de comercialização e de geração em um único negócio, e já nasce com mais de 700 clientes e mais de 1 GwM/mês de energia. Os contatos com o time permanecem inalterados, inclusive CNPJ e dados cadastrais - apenas a razão social foi alterada para 2W Energia. O endereço do site é em [ww.2wenergia.com.br](http://ww.2wenergia.com.br) e telefone (11) 3957-9400

### Nova Colaboradora Brasil Comercializadora

A Brasil Comercializadora informa ao mercado que, a partir do dia **12.08**, passou a contar com a colaboração da Alessandra Zancope como Diretora de Middle Office, responsável pelos estudos de preços e questões técnicas que regulatórias de mercado. **Seus contatos são: [alessandra.zancope@brcomercializadora.com.br](mailto:alessandra.zancope@brcomercializadora.com.br) e (11) 5171 -6603.**

### EPE realizará Workshop Lastro e Energia

A EPE, juntamente com o MME, realizará no dia **21.08** o Workshop Lastro e Energia, que ocorrerá no âmbito do GT Modernização do Setor Elétrico. O evento acontecerá em Brasília, das 14h às 17h30, e contará com a participação da CCEE, ONS e Aneel. **O Workshop será transmitido ao vivo pelo Facebook do MME e a inscrição pode ser feita através do formulário: <http://bit.do/e4GBf>**

**Workshop Lastro e Energia**

MODERNIZAÇÃO SETOR ELÉTRICO

Programação:		Presenças confirmadas:
14:00	Recepção e Credenciamento	- Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia
14:15	Abertura	- Marisete Fátima Dadad Pereira, Secretária-Executiva
14:50	Introdução	- Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino, Secretário de Energia Elétrica
15:15	Revisão dos Conceitos	- Reive Barros dos Santos, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético
15:30	Diagnóstico	- Luiz Eduardo Barata Ferreira, Diretor-Geral do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico
16:00	Desonhos e Avaliação	- André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da ANEEL - Agência Nacional De Energia Elétrica
16:30	Propostas e próximos passos	- Ary Pinto Ribeiro Filho, Conselheiro da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
16:45	Perguntas do público	- Thiago Vasconcelos Barral Ferreira, Presidente da EPE - Empresa de Pesquisa Energética
17:30	Encerramento	

ORGANIZAÇÃO

### Abertura do Mercado de Gás na Bahia

No dia **14.08**, o Grupo Técnico da Abraceel realizou call para discutir a Consulta Pública nº 01/2019 da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicação da Bahia (AGERBA), que busca criar o mercado livre de gás no estado. Os principais pontos a serem defendidos na contribuição da Abraceel são: (i) abertura do mercado de gás para todos consumidores, em janeiro de 2020, ou, alternativamente, para aqueles com um consumo igual ou superior a 10.000 m<sup>3</sup>/dia, (ii) clara separação entre mercado livre e cativo com pagamento de tarifa de movimentação pelos usuários da rede, (iii) definição dos limites de migração pela AGERBA e não a Secretária do Estado e (iv) harmonização da resolução com os demais estados. O



## Curtas

prazo de contribuições, originalmente definido até a próxima segunda-feira, foi adiado em um mês, para o dia **19.09**, assim como a audiência pública, que será realizada dia **30.09**, às 10h, no Auditório da AGERBA em Salvador. Dado o adiamento do prazo, a minuta de contribuição será disponibilizada em breve aos associados.

### Regras sobre importação da Argentina e Uruguai

A diretoria da Aneel aprovou a abertura de Audiência Pública para tratar de proposta de alteração das Regras de Comercialização sobre importação de energia elétrica da Argentina e do Uruguai. Ela altera os módulos que tratam de Encargos, Garantia Física, Liquidação e Penalidade de Energia, para atender as diretrizes para a importação de energia dos dois países, estabelecidas na Portaria MME nº 339 de **15.08.2018**. A AP nº 32/2019 recebe contribuições até **29.09**.

### PUC Rio: Aperfeiçoamento em Negócios e Gestão para o Setor Elétrico

Associados da Abraceel têm 10% de desconto no curso da IAG - Escola de Negócios da PUC Rio. Este é voltado para profissionais que buscam aprofundamento em questões institucionais, regulatórias, econômico-financeiras, e gerenciais direcionadas ao desenvolvimento de novos negócios e aperfeiçoamento da gestão nos diferentes segmentos do Setor Elétrico Brasileiro. **Além dos 10% de desconto para associados, inscrições feitas até 31.08**

**terão acréscimo de 15% de desconto. Mais informações em <https://bit.ly/2THWTym> ou pelos telefones (21) 2138-9240 e (21) 99452-7756**

## >> PRÓXIMA SEMANA

**20.08 - terça-feira:** A Diretoria da Aneel, em reunião ordinária, irá deliberar sobre: (7) proposta de abertura de AP sobre as Regras de Comercialização, versão 2020; e (8) proposta de abertura de AP sobre a apuração da restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.

Reginaldo Medeiros participa de reunião com o Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, às 11h, na sede da CNI, em Brasília;

**21.08 - quarta-feira:** Reginaldo Medeiros participa da 27ª Fenasucro & Agrocana, às 10h30, em Sertãozinho;

Diretoria Técnica participa do Workshop Lastro e Energia do GT Modernização, organizado pela EPE, às 14h, em Brasília;

**22.08 - quinta-feira:** Call do Conselho, aberto a participação dos associados, às 17h.